



Fotos: Luis Mucedo / Câmara dos Deputados



Mesa de debates: ao centro o deputado Fábio Mitidieri, um dos autores que propôs o debate

APO defende Baía de Guanabara e descarta outro local para provas de vela da Rio 2016

O presidente em exercício da Autoridade Pública Olímpica (APO), Marcelo Pedroso, reafirmou no dia 2 de setembro que a Baía de Guanabara estará em condições adequadas para as provas de vela dos Jogos Olímpicos de 2016 e que a instituição não trabalha com outro local de competição. A declaração foi feita em audiência pública da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

Durante o debate, o dirigente admitiu que o "tema é complexo", no entanto salientou que o programa de despoluição da baía está avançado. "Por referência internacional, a qualidade da água nas raias de competição permite contato primário ou secundário [do atleta], ou seja, tanto o contato eventual com a água quanto o mergulho", disse. "A obra de contenção do esgoto na Marina da Glória será entregue em dezembro para garantir qualidade da água lá e na Praia de Botafogo", acrescentou.

Marcelo Pedroso minimizou uma possível relação entre a poluição das águas e o incidente com o windsurferista sul-coreano Wonwoo Cho, que passou mal durante o evento-teste na baía na semana passada. "Tivemos 380 atletas participando da competição e é de se estranhar que, em nível de risco tão elevado, apenas um atleta tenha apresentado sintoma dessa natureza", ponderou.

Na visão do secretário da Casa

Civil do Rio de Janeiro, Leonardo Espíndola, também não faz sentido atribuir o mal-estar à qualidade das águas. "Antes da competição, foi franqueado às próprias equipes testar a água das raias", disse. "Alguns testaram, e não houve resultado divergente dos índices de qualidade recomendados para o contato secundário - sem interação íntima com a água - necessário para o esporte de vela", complementou.

Já o médico infectologista Marcos Boulos não descarta a poluição como causa do ocorrido com o sul-coreano. Ele explicou que a toxina funciona como um veneno no organismo e é expelida por meio de vômito (uma das reações do windsurferista). "Quando você está expelindo [a toxina], tem dor de cabeça, mas, quando põe a toxina para fora, parece que está curado, o que permitiu que o atleta competisse no dia seguinte e com bom aproveitamento."

Na opinião do deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), um dos que solicitaram a audiência, as suspeitas de intoxicação precisam ser esclarecidas para que os erros sejam corrigidos em tempo. "Aqui é uma comissão fiscalizadora também, e o nosso intuito é fazer com que o colegiado participe sempre de discussões que envolvam a Baía de Guanabara e as Olimpíadas", ressaltou.

Leonardo Espíndola reconheceu que os índices de qualidade da água no ponto de saída dos barcos ainda

estão aquém do esperado. Segundo ele, a área é hoje tratada bioremediação, que será desnecessária após a conclusão das galerias de esgoto da Marina da Glória. "Temos em 2016 as seis raias de competição - três que ficam dentro da Baía de Guanabara e três que estão fora - sem nenhum risco para os atletas", assegurou o secretário.

Texto: Agência Câmara Notícias

ESCALAÇÃO

Confederações de handebol e de atletismo apresentam preparação para os Jogos Rio 2016 pág.2

Dep. ALTINEU CÔRTEZ participa do Ping-pong pág. 2

Comissão do Esporte escuta as necessidades do movimento da capoeira no Brasil pág. 3

Artigo dep. MÁRCIO MARINHO pág.4



Confederações de handebol e de atletismo apresentam preparação para os Jogos Rio 2016



Ao centro, o deputado João Derly, relator da Subcomissão Especial da preparação olímpica.

A Comissão do Esporte promoveu um encontro com as confederações de handebol e atletismo no dia 3 de setembro. A audiência marcou o início de uma série de discussões com as entidades esportivas para debater a preparação dos atletas para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

“É importante a gente estar próximo das confederações e da realidade dos nossos atletas para os Jogos, conhecer um pouco mais as provas, os índices e quem está em destaque. Assim conseguimos avaliar melhor, saber as dificuldades do dia a dia e as virtudes das conquistas”, explica o relator da subcomissão especial da preparação olímpica, o deputado João Derly.

Apenas o atletismo é responsável por distribuir 141 medalhas nos Jogos Olímpicos, com a disputa de 47 provas. “Desde quando o Brasil ganhou

o direito de sediar os Jogos, em 2009, houve um planejamento para que os atletas tivessem o máximo de recursos. Fizemos intercâmbios internacionais, contratamos técnicos estrangeiros e promovemos cursos. Com o Plano Brasil Medalhas, os atletas têm uma equipe multidisciplinar, com médicos, fisioterapeutas, massoterapeutas e psicólogos”, disse o gerente administrativo da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), Georgios Stylianos Hatzidakis.

Bronze no revezamento 4x100m em Atlanta 1996 e hoje técnico de atletismo, Arnaldo Oliveira apontou que o nervosismo ainda é um obstáculo para o sucesso dos brasileiros. “Para você ganhar uma medalha, tem que estar bem fisicamente e no psicológico.

“Precisamos ter um trabalho grande com psicólogos para não termos problemas dentro de casa, com a pressão de uma meta de medalhas”, diz Fernando Franco, presidente do Centro de Estudos do Atletismo e que desenvolve pesquisas na área.

Outra modalidade debatida

na audiência, o handebol conta com diversos investimentos para apresentar grandes resultados. Entre 2010 e 2013, a Confederação de Handebol (CBHb) firmou sete convênios com o Ministério do Esporte, totalizando R\$ 15 milhões.

Além disso, a entidade foi beneficiada por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (R\$ 8,9 milhões, entre 2008 e 2013) e pela Lei Agnelo/Piva (mais de R\$ 3 milhões em 2014). A Bolsa Atleta de 2015 contempla 322 jogadores (R\$ 4,5 milhões ao ano), e outros 44 atletas são beneficiados pelo Plano Brasil Medalhas. “O Ministério do Esporte sempre foi nosso grande patrocinador. Os resultados têm surgido, e o handebol vem crescendo com recursos”, avalia a diretora de marketing da CBHb, Glória Sperandio. A modalidade ainda conta com apoio dos Correios (R\$ 6 milhões) e do Banco do Brasil (R\$ 8 milhões).

A modalidade tem promovido ainda intercâmbios com equipes do exterior e organizado fases de treinamento no Brasil e na Europa.

Texto: ASCOM/Min. do Esporte

Edição: ASCOM/CESPO

Deputado Altineu Côrtes (PR/RJ)



Foto: Luís Marcelo / Câmara dos Deputados

1) O senhor como parlamentar que representa o estado do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, tem acompanhado de perto os investimentos e preparação para esse megaevento. Qual avaliação o senhor faz da infraestrutura local?

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos serão acompanhados por bilhões de pessoas em todo o planeta. Então, em matéria de visibilidade, todo o Brasil sai ganhando. A cortesia, a organização, a limpeza, a satisfação de turistas e atletas, tudo isso refletirá no aumento do fluxo turístico, tornando esse legado um patrimônio para todos os estados da federação. O Rio de Janeiro, por ser a sede dos Jogos, também receberá uma estrutura física de mobilidade urbana, de equipamentos

esportivos e áreas de lazer que refletirão na melhoria da qualidade de vida do carioca, mas acho importante levar este legado também para os municípios da região metropolitana, como Itaboraí, Niterói e São Gonçalo. O metrô e a despoluição da Baía de Guanabara estão na agenda do governo.

2) Em audiência pública da Comissão do Esporte, no dia 9 de junho, que sabatinou o atual presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero, o senhor pediu que ele renunciasse à presidência da CBF. Por quê?

Os escândalos envolvendo a Fifa, a prisão de dirigentes do alto escalão do futebol mundial, não são eventos isolados e desconectados do futebol brasileiro. Não estamos falando de um esporte que desperta o interesse de determinado público. Estamos tratando de uma paixão nacional, que está se esvaziando por conta de gestões caóticas por parte dos dirigentes da CBF e dos clubes. A derrota do Brasil para a Alemanha não teve o significado da goleada em si. Ali, diante de milhões de brasileiros, o que se viu foi o resultado da incompetência dos cartolas do futebol, que priorizaram seus interesses particulares em detrimento dos interesses

do povo. Hoje, os campeonatos são menos competitivos, as equipes são formadas com jogadores medianos, já que os astros são levados a peso de ouro para o futebol europeu, e os investimentos na geração de novos talentos praticamente desapareceram. Isso tudo precisa ter como ponto de partida a renúncia da atual direção da CBF.

3) O que esperar do seu parecer ao Projeto de Lei 3.462/2012, que propõe alteração no Estatuto de Defesa do Torcedor, no que diz respeito às torcidas organizadas?

Eu propus que seja condenado de maneira drástica o torcedor individualmente e não a torcida como um todo, porque a torcida é uma instituição, porque torcida não comete crime, agora membros da torcida, sim. O torcedor que infringe a lei deve ser punido com todo o rigor da lei. Tem que parar com essa hipocrisia de promotores e delegados querendo exterminar com a torcida organizada. A torcida organizada é uma grande família; então, para continuarmos fazendo festa nos estádios, é necessária a continuidade dela. Com uma torcida organizada, uma boa cerveja e uma harmonia, vamos deixar o nosso futebol cada vez melhor.

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Roman (PSD/PR) Francisco Chapadinha (PSD/PA) José Rocha (PR/BA) João Derly (PCdoB/RS) Goulart (PSD/SP) José Airtton Cirilo (PT/CE) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ).

Comissão do Esporte escuta as necessidades do movimento da capoeira no Brasil



A Comissão do Esporte recebeu no dia 25 de agosto debatedores que representam o movimento da capoeira no Brasil, entre confederações, associações, especialistas e mestres da capoeira angola, regional e contemporânea. O autor que propôs a discussão, deputado Márcio Marinho, defende a importância de valorizar a prática eminentemente brasileira.

Em nome do Ministério do Esporte, Andréa Nascimento afirmou que a instituição reconhece a capoeira como um bem cultural da população brasileira e que é dever do Estado democratizar o acesso a essa manifestação cultural, seja no entendimento e na intencionalidade da capoeira como dança, jogo, brincadeira ou manifestação esportiva.

Gersonilto Heleno de Souza, presidente da Confederação Brasileira de Capoeira, defende a ordem e o progresso do movimento a partir de uma codificação que mostre a capoeira com rumos futuros, para deixar um legado. "Interessa-nos saber que o processo mediante o qual um conjunto de normas de comportamento orienta uma atividade social considera importante adquirir regulamentação jurídica formal para a capoeira como um todo, ou seja, uma forma orçamentária de se manter", disse.

Enquanto acadêmico, Sérgio Luiz,

doutor em antropologia, dedicou seus estudos em prol do resgate dos valores culturais da capoeira. Ele defendeu em seu discurso a institucionalização e formalidade do movimento.

Por outro lado, Paulo Andrade Magalhães Filho, da Associação Brasileira de Capoeira Angola (ABCA), é contra qualquer iniciativa que padronize e normatize a capoeira, pois suas características apresentam uma grande diversidade de estilos, linhagem, famílias e heranças, e classifica que uma iniciativa dessas traria danos ao movimento.

Paulo também apresentou o receio do movimento em esportivizar a capoeira. Além disso, repudiou os projetos de lei que tratam do controle do movimento através dos conselhos federais e regionais de educação física.

Márcio Marinho abriu o debate para que todos os participantes presentes tivessem a oportunidade de apresentar suas necessidades. Marinho reafirmou seu compromisso com a capoeira e se classificou como "parceiro do movimento". O encontro serviu para captar os sentimentos dos participantes em relação às propostas apresentadas, sejam favoráveis ou não à esportivização e à profissionalização da categoria, dentre outras sugestões e demandas para o aperfeiçoamento da atividade.

PNUD anuncia na CESPO o desenvolvimento de relatório de atividades físicas e desportivas

No dia 27 de agosto o deputado Márcio Marinho recebeu na sala de reuniões da Comissão do Esporte as representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - a coordenadora de relatório e desenvolvimento humano nacional, Andrea Bolzon, a assistente para programa, Maristela Marques Baioni e a assistente de ciências sociais, Vanessa Gomes Zanella. Os deputados Evandro Roman e Flávia Moraes também participaram da reunião.

As técnicas do PNUD falaram sobre o andamento do relatório de desenvolvimento humano de atividades físicas e desportivas, que vai contribuir com o Plano Nacional do Esporte que está em construção. Além disso, essa pesquisa servirá para apontar indicadores para a área esportiva.

O deputado Evandro Roman sugeriu que o PNUD apresente uma proposta de um estudo contínuo, para que haja um acompanhamento dos indicadores ligados à prática da atividade física.

Márcio Marinho se comprometeu em viabilizar por meio da Comissão o processo de realização dessa pesquisa.

Por fim, Maristela Marques ressaltou a larga experiência metodológica que o PNUD tem na realização de pesquisas desse porte e disse que a instituição trabalharia em cima de uma proposta para atender ao pedido dos deputados da Comissão do Esporte.

Calendário do Futebol é tema de debate no RS e no CE

A Subcomissão Permanente do Futebol realizou na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre no dia 31 de agosto o debate sobre a melhor organização do calendário do futebol. O assunto integra uma das relatorias da subcomissão que tem como relator o deputado Marcelo Aro. O debate foi presidido pelo presidente da Subcomissão, deputado Afonso Hamm.

O presidente da Federação Gaúcha de Futebol, Francisco Novelletto Neto, comenta, em relação à sugestão de aumentar o período dos jogos, que os clubes enfrentam falta de estrutura para manter os jogos o ano inteiro. No entanto, considera importante o aperfeiçoamento com o intuito de sanar as dificuldades de cada clube.

O Grêmio Foot Ball Porto Alegrense, representado pelo

presidente, Romildo Bolzan Junior, relata a necessidade de tratar a organização do calendário, assim como verificar os parâmetros da legislação levando em conta as necessidades dos clubes. Ainda considera fundamental a revisão da Lei Pelé e avançar na questão tributária dos clubes.

O vice-presidente do Sport Club Internacional, Luís Henrique de Oliveira, destaca que esse debate é importante para detalhar o calendário, assim como para relatar outros temas importantes, como infraestrutura dos clubes, obrigações de diretor de atletas, equipes, transmissão pela televisão e patrocínios.

Região Nordeste

No dia 24 de agosto foi a vez de debater o calendário do futebol com a região nordeste, na Assembleia

Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza. O seminário foi conduzido pelo deputado Adail Carneiro, que representou o deputado Marcelo Aro. Durante o debate, o presidente da Federação Cearense de Futebol, Mauro Carmélio Santos Costa Júnior, falou sobre o problema dos clubes durante a pré-temporada, quando ficam inativos e, por consequência, não podem arrecadar.

Em contraponto, o presidente da Federação Brasileira de Treinadores de Futebol, José Mário de Almeida Barros, ressaltou que o período em discussão, da pré-temporada, não é o momento para arrecadação e, sim, para o treinamento dos atletas.

O representante do Fortaleza Esporte Clube/CE afirmou que resolver o calendário do futebol é a solução para a problemática com a pré-temporada.

Com informações da ASCOM/Afonso Hamm

Na reunião deliberativa ordinária do dia 2 de setembro, foi aprovado pelo colegiado o parecer do deputado Valadares Filho pela rejeição ao Projeto de Lei nº 1.496/15, que proíbe a publicidade de bebidas alcoólicas em eventos de natureza desportiva.

Aprovado também o parecer do deputado José Airton Cirilo, nos termos de substitutivo, pela rejeição ao Projeto de Lei nº 4.614/09 e apensados. E aprovado o Projeto de Lei nº 1.682/11 e seus apensados, que assegura ao Comitê Olímpico Brasileiro, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro e aos Clubes Desportivos Brasileiros Formadores de Atletas Olímpicos a destinação dos recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI de seu caput.

O requerimento nº 79/15, do deputado Hiran Gonçalves, que vai realizar visitas aos estádios e arenas da Copa 2014, no âmbito da Subcomissão Permanente do Futebol, também foi aprovado pelos deputados.

Audiências Públicas

10/09 – Confederações Olímpicas de Judô e Levantamento de Peso, preparação para os Jogos Rio 2016.

15/09 – Segurança Rio 2016.

17/09 – Confederações Olímpicas, Taekwondo, Remo e Vela preparação para os Jogos Rio 2016.

MEDALHA DE OURO



Deputado Márcio Marinho (PRB/BA)

Desde que assumi a presidência desta Comissão do Esporte, um dos meus principais objetivos foi de alinhar as ações com o Ministério do Esporte para que pudéssemos trabalhar com sinergia em favor do esporte brasileiro, em especial nas ações de longo prazo, para que fosse possível construir, em conjunto, o Sistema Nacional do Esporte, definindo claramente as competências e os recursos de cada entidade e o Plano Nacional, com metas e estratégias claramente definidas.

Estamos avançando. O Ministério do Esporte criou um grupo de trabalho que se debruçou na elaboração do texto do Sistema Nacional do Esporte, que será enviado até o final de setembro, mais tardar outubro, ao Congresso Nacional e que servirá para definir as atribuições da União, estados e municípios e da iniciativa privada no fomento ao setor, além dos conceitos, bases, diretrizes e fontes de financiamento.

A Comissão do Esporte, por meio de sua Subcomissão do Plano Nacional do Desporto, também fez suas reuniões e audiências públicas e deverá apresentar um relatório até o final

Sistema e Plano: o verdadeiro legado



de novembro como sugestão para o Ministério do Esporte. Entre as contribuições para a elaboração do Plano, estarão alguns indicadores para a construção de uma política pública esportiva, além de formas de como coletar essas informações. Abrimos o debate para diversas entidades esportivas no decorrer deste ano, da mesma forma que ouvimos o governo federal, os estados e os municípios.

A proposta é dar um novo rumo para o esporte no país. O Sistema tem como propósito criar uma estrutura sólida para incentivar a prática de atividades físicas para as crianças nas escolas e criar os mecanismos necessários para difundir e incentivar a atividade física para os adultos nas áreas de lazer dos municípios. O Plano tem como propósito definir estratégias, ações e objetivos a serem atingidos.

Definimos também algumas ações em conjunto com o Ministério do Esporte para avançar nessas duas linhas – Sistema e Plano. Vamos promover um debate com as Comissões do Esporte, Educação, Saúde e Trabalho e com representantes de cada setor, para que essas discussões sejam apresentadas e afinadas antes do envio do Projeto de Lei do Sistema Nacional do Esporte para a Câmara. Assim, abriremos um diálogo com os parlamentares dessas áreas e construiremos uma base sólida para a aprovação do Sistema e do Plano.

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Gilson Vasconcelos Dobbin, Jaqueline Rodrigues, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Estagiário: Rodrigo Alves Souza. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>